



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE  
Identificação: A7 GERAL  
Data: 05/10/2012

# Pacientes com câncer estão sem medicamentos

Fato ocorre no Hospital João Alves. Por descumprir medida judicial, MPE executará judicialmente Governo do Estado

Acácia Mérici  
acaciameric@correiosde Sergipe.com

Pacientes sergipanos que precisam de acompanhamento no tratamento contra o câncer e que frequentam o Centro de Oncologia do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) estão aflitos. É que eles não estão recebendo os medicamentos que devem ser disponibilizados gratuitamente pelo hospital, para o auxílio domiciliar no combate à doença. Muitos estão há cerca de três meses sem usar os remédios e, segundo eles, a direção do hospital trata o fato com descaso.

O aposentado Joaquim Freire está há anos na luta contra a doença e precisa de doses diárias do medicamento Casodex Bicalutamina. Com uma renda de R\$ 840,00, ele não tem condições de adquirir o produto que nas farmácias custa R\$ 575,00. "É um medicamento difícil de encontrar. São poucas as farmácias que têm. É um medicamento que o hospital tinha que fornecer gratuitamente, através do Governo Federal. É um direito que nós temos. Precisei comprar o remédio porque minha saúde está em risco", reclama.

A funcionária pública Márcia Maria Vilar Rocha vive o mesmo dilema de seu Joaquim. Ela vai mensalmente ao Hospital Governador João Alves Filho buscar medicamentos para a mãe que tem câncer de mama e, ao chegar lá, também não encontra o produto. "Dentro do Centro de Oncologia faltam insumos e demais produtos para diversos casos de câncer. Minha mãe tem dois meses que não recebe o Tamoxifeno. Temos que abrir a boca e não podemos ficar calados. O Governo dá o medicamento que praticamente saem do nosso bolso porque pagamos altos impostos", pontua.

Márcia afirma que já tentou por diversas vezes fazer contato com a direção do HGJAF para saber a previsão de chegada dos medicamentos e não teve sucesso. "Desde a semana passada os telefones da direção não atendem. Já liguei diretamente para a superintendência e não consegui. Da última vez

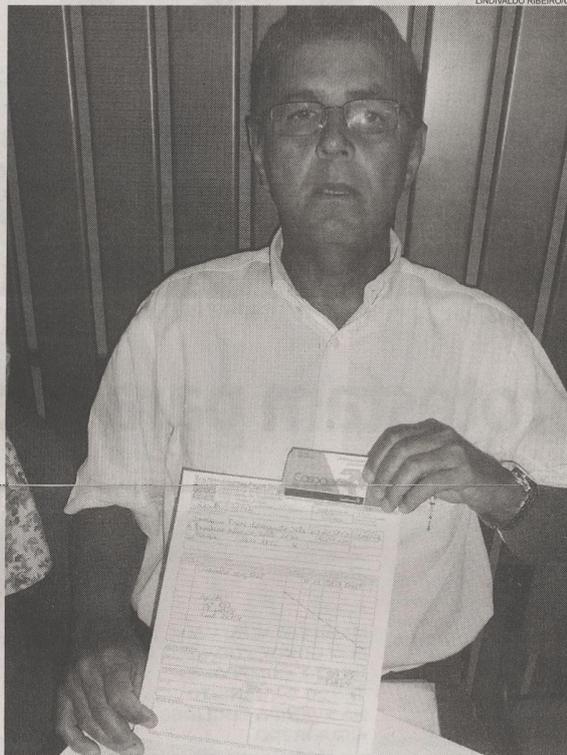
que me atenderam, disseram que chegou o medicamento e 'acabou, não tinha para quem quis'. Eles não deveriam nem dar uma resposta dessa. Tentei ligar novamente e praticamente tirei o telefone do gancho. Diante desse descaso, levamos o problema ao Ministério Público Estadual. O medicamento para o câncer é um produto de emergência. Infelizmente temos que sofrer com isso e ver também o sofrimento dos nossos familiares que lutam contra a doença", reivindica.

O comerciante Cleverton Santos Carvalho também está na espera de receber o medicamento 'Vidasa' para auxiliar no tratamento da avó. "Ela tem câncer no sangue e, por faltar medicamentos há dois meses, teve que tomar cinco bolsas de sangue para suprir. Ela precisa do 'Vidasa' para seguir no tratamento, mas não tem. Ela vai melhorar, com certeza. Mas com o medicamento facilitaria muito", diz.

## • Ação judicial

Analisando esses e outros casos referentes ao atraso dos medicamentos no Centro de Oncologia do HGJAF, cansado por não ver que as exigências feitas em audiências anteriores e pelo descumprimento da liminar que obriga o Estado a fornecer medicamentos gratuitos e tratamentos regulares aos pacientes oncológicos, a Promotoria dos Direitos à Saúde do Ministério Público Estadual pedirá ao Poder Judiciário medidas urgentes para executar a Secretaria de Estado da Saúde (SES).

De acordo com a promotora Euza Missano, ao julgar recurso interposto pelo Estado, o pleno do Tribunal de Justiça ratificou a decisão liminar em primeira instância, que obriga o Estado a dar todos os medicamentos quimioterápicos antineoplásticos em 30 dias. Além disso, a exigência é para a realização de exames laboratoriais para diagnóstico de tumores em 60 dias, estabelecendo protocolo para atendimento aos pacientes. O Estado tem também, por obrigatoriedade, programar cirurgias oncológicas para a realização em até 15 dias conforme data marcada pelo médico especializado.



■ Joaquim Freire luta contra o câncer e precisa de doses diárias do medicamento Casodex Bicalutamina

"Tenho conhecimento de que alguns pacientes enfrentam dificuldades para adquirir os medicamentos indispensáveis para o andamento do tratamento oncológico, o MPE convocou a equipe médica do HGJAF e da Secretaria de Estado da Saúde para ouvir esclarecimentos, depoimentos e constatar o descumprimento de medida judicial. Caracterizando desobediência de ordem judicial, a justiça responsabilizará o Estado, o executando judicialmente", explica a promotora.

## • Dívida com fornecedores

Sobre a demora na distribuição dos medicamentos aos pacientes do HGJAF, o secretário de Estado da Saúde, Silvio Santos, explica que quando a atual gestão assumiu a pasta, havia uma grande dívida grande com fornecedores, alguns sem receber há oito meses.

"Chamamos os fornecedores, negociamos a dívida e hoje trabalhamos com um percentual bem maior de abastecimento, tanto do material médico-hospitalar, quanto nos medicamentos que garantem oferta dos itens. Ainda temos



**MUITOS ESTÃO HÁ MESES SEM USAR OS REMÉDIOS E, SEGUNDO ELES, O HOSPITAL TRATA O FATO COM DESCASO**

problemas no abastecimento, fruto desse processo de renegociação que demanda tempo para a regularização do atendimento", esclarece.

## • Os medicamentos

A Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) esclarece que nos últimos três meses conseguiu reduzir de 52 para 21 o número de medicamentos oncológicos em falta, ou seja, recuperando o fornecimento de 31 medicamentos, o que significa uma recuperação no abastecimento de quase 60% desses itens. Desses 21, todos estão com processo de compra e ordens de fornecimento expedidas pela Fundação, aguardando entrega pelas empresas que alegam, em alguns casos, até problemas com matéria-prima, dificuldade de importação e de estoque para atender à demanda.

Quanto ao Tamoxifeno, o medicamento foi enviado ao Hospital João Alves na segunda-feira no quantitativo de 8010 comprimidos que corresponde à demanda mensal. Já o medicamento Bicalutamina, a empresa possui quatro ordens de fornecimento em aberto com saldos que atende à demanda da oncologia por três meses.

Em relação ao Azacitidina, a FHS esclarece que o medicamento não faz parte da padronização da FHS. Apesar disso, quando solicitado, é adquirido para o tratamento para o paciente específico. Atualmente temos um paciente fazendo uso do medicamento e mais dois pacientes aguardando o fornecimento.